

Parecer nº 67/99

Data: 1999.05.12

Processo nº 588

Reclamante: Director da Gazeta das Caldas.

Entidade reclamada: Director Geral dos Registos e Notariado.

1. Por carta de 19 de Abril de 1999, o Director da “ Gazeta das Caldas”, dirigiu-se à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, reclamando de indeferimento expresse, por parte do Director Geral dos Registos e Notariado.
2. Efectivamente, no dia 6 do mesmo mês, o Director daquela Gazeta, por fax remetido à entidade reclamada, solicitou a possibilidade de consulta, no Registo Civil das Caldas da Rainha, do registo de pessoas nascidas em 25/04/1974, com vista à realização de entrevistas, para trabalho relacionado com as comemorações “dos 25 anos do 25 de Abril”.
3. Em resposta (Pº - 220.DSJ. GDS/99, ofício 776/12.04.99) o reclamante foi informado do despacho de 99.04.08, do Director Geral em substituição, da não autorização do pedido “... por o mesmo se não enquadrar no disposto no artigo 34, nº 3, do Código do Registo Civil e no despacho nº 17/95, e por a pretendida informação não salvaguardar a reserva da intimidade da vida privada e familiar das pessoas a quem os registos respeitam – direito constitucionalmente consagrado no artigo 26º, nº 1, da Constituição da República Portuguesa”.
4. Considerando a resposta prestada ao reclamante, observa-se de facto a existência de um indeferimento expresse, o que determina à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, nos termos descritos na alínea b), do nº 1, do artigo

20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA, e alínea a) do artigo 2º do respectivo Regulamento Interno, competência para a devida apreciação.

5. Considerando o pedido do director da “Gazeta das Caldas”, observa-se que o mesmo se refere à possibilidade de acesso a “documentos notariais e registrais (ou) ... de identificação civil ...” a que se refere o nº 7, do artigo 7º da LADA, e, como tal foi formulado à entidade competente para a sua satisfação, tal como se infere do disposto no nº 3 do artigo 34º do Código de Registo Civil.
6. Ainda quanto ao preceito citado e às possibilidades que admite, foi publicado, no Boletim dos Registos Notariais nº 8/95, o Despacho nº 17/95, do Director Geral citado na resposta ao reclamante, da forma e do procedimento das consultas, que nomeadamente prevê a sua concessão “caso a caso, quando se verificam determinados requisitos ...”, e instrução dos pedidos de consulta com documentos adequados.
7. Compete observar que o reclamante tendo direito, como qualquer pessoa, ou “legitimidade para requerer certidão dos registos constantes dos livros do registo civil ...” na parte possível, no caso consentanea com o seu pedido, de acordo com o nº 1 do artigo 214º do Código do Registo Civil, formulou antes um pedido de consulta simples, aos “arquivos do Registo Civil das Caldas da Rainha”. Tal consulta a ter sido admitida, sem reservas, permitiria a eventual observação de elementos de natureza nominativa ou de dados pessoais, nos termos definidos pelas alíneas b) e c) do nº 1, do artigo 4º, da LADA, acesso só possível nos termos do n.º 2 do artigo 7º da mesma Lei, reservados “à pessoa a quem digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal”, o que não transparecia do pedido formulado e não admitido.
8. Entende-se ainda que a consulta seria possível, porém no âmbito de autorização e critério da entidade competente reclamada (visto poder-se imaginar que o reclamante não detinha elementos que lhe permitissem requerer certidões nos termos já citados) por meio de consulta “vigiada” ou “acompanhada” que fizesse

garantir apenas a observação do pretendido, quanto às pessoas nascidas no dia 25 de Abril de 1974, face ao interesse referido em fazer entrevistas no âmbito das comemorações gerais de tal ano e data.

Contudo, desconhecendo-se da sua viabilidade, também se crê das dificuldades que tal método poderia trazer aos serviços pela eventual dispersão dos registos nos respectivos livros, face à extensão do período obrigatório para as declarações de nascimento (20 dias), previsto no artigo 96º do Código do Registo Civil, e mesmo outros, quanto a abandonados, etc., que não importa especificar.

Outra metodologia seria a entrega de eventual lista dos nascidos na data pretendida que, no entanto, a não existir não constituiria nem constitui obrigação do Arquivo do Registo Civil das Caldas da Rainha preparar.

9. O objectivo do reclamante, cuja oportunidade provavelmente está ultrapassada, poderia ter sido talvez conseguido por meio de publicação no seu próprio jornal a convidar os nascidos a 25 de Abril de 1974 a contactar a "Gazeta das Caldas" para os efeitos que pretendia.

Nestes termos e em conclusão, o meio de acesso adequado à pretensão do reclamante seria, particularmente, o requerimento de certidões de nascimento das pessoas que entendesse, com vista ao seu interesse, nos termos do artigo 214º do Código do Registo Civil, já citado. Todavia não tendo proporcionado à entidade reclamada, pedido ou elementos suficientes para tanto, à falta de outras formas capazes de satisfazer o pedido sem prejuízo da salvaguarda de elementos de natureza nominativa ou pessoais, não permitiu á entidade reclamada a satisfação do solicitado.

Assim, nos termos do artigo 214º, antes citado, pode o reclamante obter os elementos pretendidos quando entender oportuno.

Comunique-se ao reclamante e à entidade reclamada as conclusões obtidas.

Lisboa, 12 de Maio de 1999.

Francisco de Brito (Relator) - Narana Coissoró - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)